

# Direito à Diversidade e Infiltrações Transformadoras

---

José Luiz Quadros de Magalhães<sup>1</sup>

## Resumo

O texto começa por analisar o conceito de infiltração como mecanismo de transformação social radical. O racismo, o machismo e outras formas de exclusão e subalternização são mostradas com invenções da modernidade que só podem ser compreendidas como tal a partir de uma investigação histórica do que é chamado de modernidade.

**Palavras-chave:** Racismo; modernidade; infiltrações.

## Abstract

The text begins by analyzing the concept of infiltration as radical social transformation engine. Racism, sexism and other forms of exclusion and subordination are shown with inventions of modernity that can only be understood as such from a historical research of what is called modernity.

**Keywords:** Racism; modernity; infiltrations.

Como fazer diferente? A ideia de infiltração sugere práticas que negam ou ignoram o que chamamos de núcleo essencial do poder moderno que permitiu a construção do estado moderno e do capitalismo: a uniformização (padronização de comportamentos e valores, essenciais para o reconhecimento do poder do Estado); o dispositivo nós *versus* eles (pensamento binário subalterno que ajuda a construir a identidade nacional com a subalternização do outro fora do padrão imposto pelo poder); o universalismo europeu (que sustenta a hegemonia moderna da civilização europeia transformando falsamente em universal o que é europeu); a linearidade histórica (que explica artificialmente a necessidade de todos buscarem o único caminho europeu); a invenção do indivíduo e a consequente separação do indivíduo da natureza transformando esta última em recurso a ser explorado pelo indivíduo racional que doma a natureza selvagem.

É perceptível a existência de processos diversos e dinâmicos de resistência, assimilação, rupturas, tentativas de rupturas, que sistematicamente tem cedido às armadilhas modernas que se constroem nos eixos acima mencionados.

Exemplo são as revoluções socialistas no século XX. A ruptura com a economia moderna capitalista não veio acompanhada com a ruptura com as instituições e

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Faculdade de Direito Santo Agostinho de Montes Claros. Mestre e Doutor em Direito. Coordenador da Região Sudeste da Rede pelo Constitucionalismo Democrático Latino Americano. E-mail: jlqmagalhaes@gmail.com

situações que permitiram a construção e desenvolvimento da mesma economia. Assim, romper com a economia moderna (capitalista) sem romper com o estado moderno, e logo, sem romper com as práticas uniformizadoras, a linearidade histórica e a lógica binária subalterna, enfraqueceu e impossibilitou a construção da nova sociedade sem estado, pretensão do comunismo. Construir o novo com os instrumentos, práticas e políticas do velho contaminou o projeto comunista. Como construir uma sociedade plural e sem estado, com práticas de homogeneização, centralização e percepção linear da história? A linearidade implica em hegemonias e traz consigo conceitos como desenvolvimento, evolução, progresso e logo, subalternização e estranhamento do diverso, do que não se enquadra no padrão.

O socialismo real, em geral, foi moderno e nisto consistiu o seu erro. Manteve a ideia de desenvolvimento, evolução, padronização e busca de um lugar onde chegar, previamente estabelecido. Neste sentido foi religioso ao sonhar e imaginar o paraíso, um lugar final para se chegar e permanecer.

A transformação precisa acontecer desconsiderando todo o sistema de exclusão que em algum momento viabilizou a economia, o estado e o direito modernos, com suas práticas de subalternização e uniformização. A ruptura precisa ser com qualquer prática hegemônica e padronizadora.

A ideia de infiltração (infiltrações) pode ser, neste sentido, potencialmente transformadora. No que consiste? Em práticas diárias, múltiplas, individuais, coletivas, locais, regionais, pessoas, organizações, coletividades, comunidades, cidades, regiões, etnias, coletivos de trabalhadores, sem-teto, sem-terra, artistas, enfim pessoas coletivas ou singularidades coletivas diversas que fazem diferente, que não reproduzem o sistema moderno em sua essência, especialmente, que desconsideram as práticas hegemônicas e padronizadoras modernas. As infiltrações não seriam práticas contra o sistema, mas, práticas além do sistema, que negam as práticas excludentes.

A ideia de novos usos de Giorgio Agambem pode ser muito importante para a compreensão destas práticas. Agambem se refere aos mitos, ritos e sacralizações, e constrói uma ideia importante para desenvolvermos a ideia de infiltração: profanações.

Giorgio Agambem no seu texto “Profanações”<sup>2</sup> traz uma importante reflexão sobre o processo de sacralização, ou de retirada do livre uso das pessoas, pessoas, objetos, ideias e palavras. O autor começa por analisar o sentido de religião e a partir daí sacralização e profanação. Religião (religio) é em geral tratada como uma palavra que decorre da ideia de “religare”, ou seja, como aquilo que liga o humano e o divino. Agambem nos leva a pensar sobre um outro sentido para a palavra “religião” com derivada de “relegere”, ou uma atitude de escrupulo, de atenção especial que deve caracterizar a relação com os deuses. Logo “religio não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos.”<sup>3</sup> Assim decorrente desta ideia, a sacralização de algo, como um processo

<sup>2</sup> AGAMBEM, Giorgio. Profanações, Boitempo editorial, São Paulo, 2007.

<sup>3</sup> AGAMBEM, Giorgio. Profanações, Boitempo editorial, São Paulo, 2007, pag.66

que une um rito a um significado sem o qual ele perde sentido que é o mito. O rito, sustentado por um mito, tem a força de transformar um objeto, pessoa, palavra, em algo sagrado.

A partir destes conceitos, Agambem traz o importante conceito de profanação. Profanar significa então uma atitude de negligência, uma atitude livre e distraída que ao ignorar o mito, liberta o rito de seu sentido. Assim é possível, sem se opor diretamente, libertar as palavras, pessoas e coisas do seu sentido congelado, distante, sacralizado. A profanação é um importante mecanismo para a construção de um outro mundo, com sentidos livres, com a possibilidade de novos usos, novos sentidos para as palavras, coisas e pessoas. Mas Agambem vai trazer a reflexão sobre a sociedade do ultra consumo onde há um permanente processo de sacralização e ressacralização, subjetivação e ressubjetivação. Este conjunto de reflexões de Agambem pode nos ajudar a entender o processo que chamamos de “presente contínuo”. De forma diferente do livre uso, da transformação permanente e livre do sujeito, o sentido das coisas é determinado pelo poder e não pelo sujeito, livremente. A propaganda, a mídia, todo o sistema de hiperconsumo da sociedade capitalista, subjetiva, sacraliza, profana, ressubjetiva e ressacraliza, todo o tempo. Trata-se de um pacote onde este “presente contínuo” vem acompanhado do seu passado e futuro para logo depois dar origem a um outro pacote. Não há uma tradição fixa no passado nem um ideal de ego estável para o futuro. Isto destrói as tradições, a diversidade, a enorme riqueza que os povos quilombolas, indígenas, que constituem este país e estão neste território. Seja a imposição de uma cultura fixa, feita pelos invasores europeus da África e América, seja a imposição da não cultura, da fluidez, da ressubjetivação constante e vazia da sociedade de consumo, o poder do capital e do estado, este último criado para viabilizar os interesses da burguesia, ignoram a diversidade e ameaçam destruir a enorme diversidade dos povos africanos e de seus descendentes aqui no Brasil e na América.

Estas práticas e pensamentos infiltrados podem ser vistos em uma perspectiva mais romântica, como fissuras no sistema. Uma imagem dramática destas fissuras (que geram infiltrações) seria como uma gigantesca represa (a represa moderna), onde fissuras vão surgindo em todas as partes, gerando infiltrações, aumentando a pressão da água, até o ponto que a barragem, a imensa barragem moderna estoura, levando tudo. Esta imagem não é, hoje, impossível de acontecer. Restaria construirmos tudo diferente. Prefiro, entretanto, uma outra imagem. Infiltrações que se proliferam a tal ponto que o sistema se esvai, desmancha no ar. As práticas infiltradas fariam com este enorme poder moderno de um “capital” excludente, o que a falta de crença fez com os deuses gregos. O maior temor de um deus é que as pessoas deixem de acreditar nele. O seu poder que se manifesta diante de todos, de forma monumental, é na verdade o poder concedido por todos, para ele. Quando as pessoas deixarem de acreditar neste imenso poder, ele simplesmente desaparece, e este imenso poder volta para todos e cada um.

## Infiltrações – Diversidade – Para além do Direito à Diferença

Antes de analisarmos a diferença entre estes direitos de diferença e diversidade vamos procurar compreendê-los como infiltrações modernas. O que seriam estas infiltrações? Como elas ocorrem e quais podem ser suas consequências?

No conceito que construímos de modernidade vimos que esta é europeia, não existe para todos, é hegemônica e necessita de uniformizar os menos diferentes, expulsando, excluindo, exterminando, encarcerando os considerados mais diferentes nestes 500 anos de modernidade europeia. Delimitando o conceito de modernidade em sua tarefa hegemônica de criação de uniformidades (padrões), podemos compreender como “infiltrações” os movimentos que contrariam este objetivo.

Temos uma hipótese que se abre para comprovações e refutações que muito poderão ajudar na compreensão deste projeto moderno. Em medidas distintas, os movimentos de resistência e busca por ruptura ou mesmo as aparentes rupturas, reproduzem os elementos essenciais da modernidade: padronização, uniformização e pensamento binário subalternizado (“nós” civilizados *versus* “eles” incivilizados), que se reproduzem em discursos mitológicos da modernidade como o “universalismo” europeu; a separação do indivíduo da natureza e o desenvolvimento linear que sustenta o discurso civilizatório ocidental. Mais, em medidas distintas, os pensamentos político, econômico e filosófico modernos reproduzem estas hegemonias e mitos, o que pode ser encontrado, por exemplo, em Hegel, Kant, Marx, e nas construções políticas, econômicas e filosóficas do liberalismo, socialismo, comunismo, social-democracia e claro, no conservadorismo de direita, assim como nas exacerbações modernas do fascismo e do nazismo (a extrema direita). Há algo de não moderno? Onde existem as infiltrações e quais são os movimentos de resistência efetiva que escapam do núcleo moderno?

Neste sentido analisamos o direito a diferença (individual e coletivo) e o direito à diversidade (individual e coletivo).

### Direito à diferença

Em que medida ou quantas vezes a luta e a conquista de direitos dos grupos subalternizados não foi transformada em permissões de “jouissance” que enquadraram os “diferentes” nos padrões modernos? O direito à diferença pode ser considerado uma infiltração na modernidade que pode destruir sua represa de uniformização e subalternização?

O direito à diferença confronta e desafia a tarefa do estado e do direito moderno de uniformização de comportamentos e valores, e de encobrimento, expulsão, encarceramento ou eliminação daqueles grupos ou pessoas que resistem ou não se adéquam à padronização. O padrão moderno de hegemonia do

“homem branco europeu” construiu uma sociedade androcêntrica, estabelecendo a sua primeira “outra” diferente: a mulher. A relação entre homens e mulheres, marido e mulher, explicita o dispositivo “nós” superior e “elas” inferior<sup>4</sup>. As lutas das mulheres pela ressignificação de seu sentido social, pode se apresentar de três formas: como resistência; como busca por ruptura; ou ainda, como infiltração, ao negligenciar o padrão masculino. Em todos os casos, vemos uma ameaça ao projeto moderno.

Esta luta por direitos das mulheres (direito a diferença enquanto um direito individual) e os seus mais recentes fatos e construções teóricas, é importante para exemplificarmos o que entendemos por resistência; busca de ruptura (confronto); negligência (infiltrações); assim como a transformação desta luta em assimilações e permissões por contaminações pela modernidade.

A luta pelo direito à diferença pode ser entendido como uma infiltração no projeto moderno de uniformização e subalternização do outro (diferente) na medida em que, os movimentos sociais diversos, que lutam por “reconhecimento”, forcem sua entrada no sistema, criando tensões e contradições que podem levar ao comprometimento, transformação e até ruptura do sistema moderno. Será? Como o sistema reage a estas tensões? Primeiro, ao pedir reconhecimento, este pedido significa entrar no sistema. O pedido de reconhecimento pelo sistema é um pedido de acolhimento pelo sistema, o que pode significar que estamos a um passo da transformação de um direito em uma permissão, assim como a contaminação desta luta pela lógica do sistema. Assim, esta luta por reconhecimento deixa de ser contradição em relação ao sistema (moderno) e passa a ser comandada pelos mesmos princípios uniformizadores e binários subalternizados da modernidade.

Um exemplo disto podemos encontrar na história, na luta de mulheres revolucionárias, que já foi por um novo sistema (isto ainda acontece de forma crescente e importante) que supere as exclusões e passou a ser majoritariamente uma luta pelo reconhecimento de direitos pelo sistema, o que mantém algum tipo, sempre, de exclusão. A líder operária norte-americana “Mother Jones” (Mary Harris, imigrante pobre irlandesa que participou da fundação do partido socialista dos EUA em 1901) discursou no início do século XX: “Fora a derrota total do sistema capitalista, não vejo nenhuma solução. Em meu juízo, o pai que vota pela perpetuação deste sistema é tão assassino quanto se pegasse um revólver para matar seus próprios filhos.”<sup>5</sup>

<sup>4</sup> O lugar da mulher não é o mesmo nas “outras” culturas que foram subalternizadas na modernidade, embora a subalternidade feminina possa ser encontrada em vários outros tempos históricos.

<sup>5</sup> GORN, Elliot J., “Mother Jones, la madre del sindicalismo norteamericano” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); **Revoluciones que cambiaran la historia - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales.** 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, página 19.

O projeto de mudar todo o sistema é transformado, nas últimas décadas do século XX, em reivindicações pontuais e fragmentadas, de grupos que passam a atuar individualmente e reproduzem a lógica moderna “nós x eles” como por exemplo “nós” mulheres *versus* “eles” homens. Judith Butler<sup>6</sup> nos chama atenção para muitos casais gays femininos que reproduzem a lógica binária “masculino *versus* feminino” fundado no pensamento binário de subalternidade do outro, onde se vê uma pessoa assumindo o papel masculino de opressão (com violência física e/ou moral) sobre a outra pessoa do casal que desempenha o papel histórico moderno da subalternidade feminina.

Butler nos chama a atenção para a necessidade de superar o pensamento binário na questão de gênero (ou mesmo superar o gênero) para evitar reproduzir a opressão binária presente no conceito de sexo (biológico) e de gênero (social cultural naturalizado).

Citando Judith Butler:

“Aunque algunas lesbianas afirman que la identidad lésbica masculina no tiene nada que ver con “ser hombre”, otras sostienen que dicha identidad no es o no ha sido más que un camino hacia el deseo de ser hombre. Sin duda estas paradojas ha proliferado en los últimos años y proporcionan pruebas de un tipo de disputa sobre el género que el texto mismo no previó.”<sup>7</sup>

Ao se referir ao não previsto no texto, Judith Butler se refere a um texto seu que fundamentou o início do desenvolvimento da teoria Queer.

Vemos aí o exemplo de que, o que aparece como resistência, se transforma em luta por ruptura e reconstrução de sentidos, pode acabar por se transformar em aceitações de “permissões” que contaminam a luta por direitos de diferença reproduzindo de novo o padrão moderno “uniformizador” e “binário opressivo” que rebaixa ou subordina um outro, qualquer outro.

A história do movimento gay, em busca de revolução e construção de uma outra sociedade onde haja espaço para “todxs”<sup>8</sup>, nos ajuda a compreender as perigosas armadilhas modernas e nos leva ainda a entender como, mesmo exigindo uma outra sociedade igualitária economicamente (e não só), a esquerda caiu em várias armadilhas modernas: “En la noche del 27 de Junio de 1969, la policía irrumpe en Stonewall Inn, un bar gay de Nueva York frecuentado por travestis afroamericanos y portorriqueños. Aropellos, redadas, arrestos: el control se excede e degenera.

<sup>6</sup> BUTLER, J. “El genero en disputa - el feminismo y la subversion de la indentidad”, Paidós, Barcelona, Buenos Aires, México, 4 impression, marzo 2011.

<sup>7</sup> BUTLER, Judith. “El genero en disputa - el feminismo y la subversion de la indentidad”, Paidós, Barcelona, Buenos Aires, México, 4 impression, marzo 2011, pag.13.

<sup>8</sup> Todxs” é uma tentativa de comunicar o que os idiomas modernos e sua gramática padronizada não nos permite. Todxs significa inclui para além de homem e mulher, qualquer dos diversos gêneros socialmente construídos e existentes, assim como para além de qualquer gênero ou classificações limitadoras.

Se suceden tres noches de motines que radicalizan el movimiento homosexual y desembocan en la creación del Gay Liberation Front (GLF).<sup>9</sup>

Na obra “Gay Manifesto” de Carl Wittman (1970)<sup>10</sup>, o autor assiná-la que é necessário unir a luta dos oprimidos associando compromisso revolucionário com emancipação social. Para o autor é necessário perceber que os heterossexuais, assim como os brancos, homens, anglofonos e capitalistas, só percebem o mundo em um registro binário hierarquizado onde 1 é inferior a 2 que é inferior a 3 e assim por diante. Não há lugar para a igualdade e as oposições binárias sempre remetem a um inferior: homem/mulher; heterossexual/homossexual; patrão/empregado; branco/negro; rico/pobre. Nos EUA o movimento revolucionário Gay pretende estabelecer uma nova ordem que lute por um mundo sem os padrões uniformizadores e logo, sem o padrão binário de subalternização do outro. Na década de 1960/70 o discurso do GLF seduziu o Black Panther Party (BPP) e os lemas “Black is Beautiful” e “Gay is good” foram vistos juntos. Em 1970, na “Revolutinary People’s Constitutional Convention” defendia-se a união das lutas dos “outros” subalternizados e excluídos pela modernidade: a união de negros, mulheres e gays para a construção de um outro mundo.

Na década de 1970, dezesseis grupos revolucionários como o Gay Liberation Front, representando 10 países, se reuniram para formar uma Internacional Homossexual Revolucionária (IHR). Na França, a Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR) associava a defesa de mudanças radicais dos costumes e transformação social. Esta história nos é especialmente importante para pensarmos nossa hipótese. A defesa da Frente é a mudança da sociedade, ruptura com o capitalismo e o que este sistema econômico traz com ele: a uniformização de costumes e valores assim como com os registros binários (o dispositivo moderno nós superiores *versus* eles inferiores). Tratava-se mais do que uma resistência, era a ruptura e a ressignificação do mundo. Em que medida esta ruptura poderia efetivamente romper com os elementos essenciais da modernidade acima mencionados? O movimento representava mais do que uma infiltração nas estruturas modernas, não se tratava apenas (o que não é pouco) de pessoas e coletivos fazendo diferente no meio do sistema<sup>11</sup>, era abertamente contrário, combatia os alicerces modernos uniformizadores e binários: não apenas negligenciava (profanava) o sistema mas o combatia frontalmente<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> BREVILLE, Benoît, “Homossexuales e subversivos” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); *Revoluciones que cambiaran la historia - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales*. 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, página 19.

<sup>10</sup> BREVILLE, Benoît, “Homossexuales e subversivos” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); *Revoluciones que cambiaran la historia - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales*. 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, página 19.

<sup>11</sup> A ideia de infiltração como contradição interna no sistema, com a presença de práticas que negam a sua essência e pode, em um momento, comprometer o funcionamento deste, pode ser complementada pela ideia de negligência, profanação do sistema, na ideia desenvolvida por Giorgio Agambem em seu livro *Profanações* da editora Boitempo.

<sup>12</sup> Não quero dizer que negligenciar não tem a força de destruir o sistema. Talvez hoje a negligência em relação ao sistema (a profanação no significado trabalhado por Giorgio Agambem) seja a maneira mais eficaz de construir um outro mundo.

Na luta por transformação a FHAR procurou alianças políticas. Os seus militantes atuavam em grupos de trabalhos temáticos, distribuíam folhetos e organizavam reuniões de informação. A aproximação com o Partido Socialista francês não funcionou. Bem moderado, o Partido atuava dentro do jogo político representativo moderno e entendendo ser prudente e conveniente para seus interesses, dizia que as preferências sexuais pertenciam à esfera privada (grave equívoco) e que não mereciam posições políticas. O Partido Socialista Unificado, é mais simpático às FHAR mas não compartilha das propostas revolucionária da Frente. Diante disto, os olhares se voltam à extrema esquerda. Guy Hocquenghem, comprometido com a organização maoista VLR (Vive la Revolution) sugeriu a utilização do periódico “*Tout*”, na época dirigido por Jean Paul Sartre, que abre as portas à Frente. Alguns membros das FHAR redigem as quatro páginas centrais do periódico. Defendem, entre outras coisas, que os homossexuais saiam do gueto mercantil em que a sociedade burguesa os colocou. No dia 1 de Maio de 1971 as FHAR procuram se aproximar ainda mais do movimento operário. Alguns gays radicais desfilam ao lado dos sindicatos carregando um grande cartaz que diz: “Abaixo a ditadura dos normais”. Entretanto, a aceitação do movimento revolucionário gay encontrará muitas dificuldades e será combatido à direita e à esquerda. De maneira que ilustra bem a nossa hipótese (da necessidade de compreender a modernidade para compreender o capitalismo e as possibilidades de sair deste sistema), o discurso binário de esquerda é reafirmado: a luta é entre capital e trabalho; trabalhadores *versus* capitalistas, e não entre normais e anormais. Este discurso ignora todos os ataques ao pensamento e a luta de esquerda que foi criminalizada e “anormalizada” no decorrer do século XIX e XX, sendo combatida com o direito penal, a medicina e a psiquiatria. Este discurso reproduz o pensamento binário subalternizado e a uniformização, essenciais à modernidade, e tarefa principal do estado e do direito modernos. A esquerda caía na armadilha moderna, se é que, efetivamente, esteve, de forma majoritária, fora dos grilhões da modernidade<sup>13</sup>, em algum momento. A concepção de história, de esquerda, foi, e ainda é, em muitos casos, uma concepção linear moderna, encontrando, entretanto, importantes críticas em autores como Walter Benjamin.<sup>14</sup>

O flerte entre o movimento revolucionário e o projeto revolucionário operário tem um triste episódio que pode ilustrar como o Partido Comunista

<sup>13</sup> Para entender o texto é necessário lembrar o sentido de “modernidade” empregado no texto.

<sup>14</sup> BREVILLE, Benoît, “Homossexuais e subversivos” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); **Revoluciones que cambiaran la historia** - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales. 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, página 35.

A obra de Walter Benjamin pode hoje ser encontrada em português em publicações recentes das editoras autêntica e brasiliense: BENJAMIM, Walter. A origem do drama trágico alemão, editora autêntica, Belo Horizonte, 2011; BENJAMIM, Walter. O anjo da história, editora autêntica, Belo Horizonte, 2012; BENJAMIM, Walter. Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política, editora Brasiliense, 7 edição, São Paulo, 1994. Sobre Walter Benjamin interessante ler LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Editora Boitempo, São Paulo, 2005.



Francês sucumbe à modernidade, e logo, compromete qualquer projeto revolucionário efetivo<sup>15</sup>. Em 1972, Pierre Juquin resume a posição do Partido Comunista Francês afirmando que: “La cobertura de la homosexualidad o de la droga nunca tuvo nada que ver con el movimiento obrero. Tanto una como la otra representan incluso lo contrario del movimiento obrero.”<sup>16</sup>

Durante um encontro do Partido, Jacques Duclos (que foi candidato à presidência da França pelo PCF), ao ser perguntado por um militante das FHAR se o Partido Comunista tinha revisto suas posições sobre supostas perversões sexuais, agride verbalmente de forma violenta todos os militantes gays com um discurso muito semelhante a um discurso religioso de direita, ao afirmar que “as mulheres francesas são sãs; o PCF é são; os homens são feitos para amar as mulheres”.<sup>17</sup>

O que assistimos desde então, é uma cada vez maior fragmentação das lutas por direitos, o que compromete o seu sucesso, facilita o atendimento de demandas por meio de permissões, divide os grupos oprimidos (“elxs”) e inviabiliza ou dificulta extremamente qualquer projeto alternativo de construção de uma sociedade plural, não hierarquizada (entre nós *versus* eles) e não excludente. Um ponto para investigação e reflexão pode ser realizado a partir destas conclusões: em que medida o movimento gay, o movimento feminista, entre outros, de movimentos de resistência, de ruptura ou de negligência (profanação) em relação à modernidade, se transformaram em movimentos reivindicatórios de permissões de “jouissance” por parte do estado. Fica, por enquanto, a provocação.

Ao combater o capitalismo moderno, as esquerdas e vários de seus mais importantes pensadores (não generalizando, é claro), reproduzem a lógica binária; a linearidade histórica e o universalismo “europeu”, estranhando e subalternizando o diferente. Mais uma vez ocorre a contaminação pela modernidade de lutas de resistência ou de lutas por rupturas. Vislumbramos lutas internas de transformação da modernidade, mas as pretensões de rupturas revolucionárias não se mostraram tão profundas, pois, ao pretender romper com a economia capitalista moderna, estes movimentos não foram capazes de ver dispositivos modernos uniformizadores e excludentes, mantendo-os intactos. Pensando desta forma, a ruptura não era tão grande assim, e talvez este ponto tenha sido um de

<sup>15</sup> Na perspectiva de que a modernidade (representada pelo estado e o direito moderno) cria e sustenta o capitalismo e logo, qualquer tentativa de superar este sistema econômico deve implicar na compreensão para superação da modernidade nos seus elementos nucleares: uniformização e logo rejeição da diversidade; falsa universalização; justificativas de poder sustentadas sobre o pensamento binário de subalternização do outro; história linear; separação do indivíduo da natureza e concepção de um indivíduo monolítico, não processual e isolado.

<sup>16</sup> BREVILLE, Benoît, “Homosexuales e subversivos” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); **Revoluciones que cambiaron la historia** - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales. 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, pagina 19.

<sup>17</sup> BREVILLE, Benoît, “Homosexuales e subversivos” in BREVILLE, Benoît et VIDAL, Dominique (compiladores); **Revoluciones que cambiaron la historia** - sociales, políticas, nacionales, culturales, sexuales. 1 ed. Buenos Aires, Capital Intelectual, 2012, pagina 19.

seus grandes problemas: a violenta ruptura revolucionária manteve funcionando os dispositivos e mecanismos modernos mencionados. A transformação deve ser para a superação da modernidade (sua essência excludente uniformizadora e binária opressora) e não apenas contra um sistema de produção essencialmente excludente pois binário opressor e uniformizador: o capitalismo. Acrescentamos neste ponto uma reflexão importante a partir de Agambem e o seu conceito de profanação: talvez a transformação não precise e não deva ser contra a modernidade, mas a transformação radical ocorrerá com a “profanação” da modernidade, com a negligência diária aos seus mecanismos excludentes e uniformizadores: a isto chamamos de infiltrações. Estas infiltrações diárias aumentam constantemente até um ponto de possível ruptura da “barragem” moderna ou sua superação por meio de transformações estruturais. Um trabalho a ser feito, pode ser o de identificar as pequenas diárias “profanações”.

Judith Butler começa a nos falar em diversidade, para além da diferença.

## Direito à diversidade

Quando falamos em direito a diferença devemos perguntar: diferente de que?

Se o direito à diferença enquanto direito individual é uma infiltração na modernidade, o direito à diferença como direito coletivo traz um potencial ainda maior de comprometimento da uniformização moderna. O estado moderno sempre reagiu com enorme violência a toda tentativa de se estabelecer um sistema alternativo de organização social que não funcionasse sobre as bases modernas uniformizadas, hierarquizadas e binárias subalternas. No Brasil, apenas no século XXI encontramos alguns processos mais efetivos de “reconhecimento” de direito dos povos quilombolas e sua forma distinta de organização de direito propriedade. Entretanto, se de um lado se ampliam os reconhecimentos e aumenta a população quilombola, de outra aumentam os ataques no sentido de descaracterizar sua cultura e forma de viver e se organizar.

Mas, tudo isto ainda é muito moderno: ao admitirmos um direito à diferença como direito individual ou coletivo, admitimos que o estado (moderno) ainda pode e deve estabelecer padrões superiores de organização social e comportamento individual. Quando falamos em direito à diferença devemos nos perguntar: diferente de que? Respondemos: do padrão civilizatório, do padrão do bom, do melhor, estabelecido pelo estado e seu direito: “reconheço o outro diferente, na sua diferença, mas deixo claro sua diferença enquanto algo estranho, que foge aos padrões de civilização moderna masculina, branca e europeia”. A importante campanha do Ministério Público de Minas Gerais, ressalta o fato que como é bom ser diferente. Este elogio à diferença só será efetivo na consagração da diversidade.

As Constituições da Bolívia e Equador vêm construir um outro direito: o direito à diversidade enquanto direito individual e coletivo.

Como já mencionado neste texto, vários são os pontos de ruptura com a modernidade que podem ser percebidos e precisam ser discutidos. Estes pontos de ruptura podem significar uma reconstrução da Teoria da Constituição, da Teoria do Estado e mesmo da Teoria do Direito modernas. Em vários outros textos trabalhamos alguns destes aspectos, como a superação da democracia majoritária e a reconstrução da relação entre Constituição e Democracia; a superação da fórmula “Roma Locuta, Causa Finita” que marca o funcionamento do Judiciário moderno e da mesma democracia representativa majoritária; a superação de um sistema monojurídico com um único direito de família e de propriedade, por um sistema plurijurídico; uma nova concepção de pessoa singular plural e processual e uma nova concepção de natureza que inclui toda a vida, incluindo da pessoa.

O núcleo destas transformações está na construção de um espaço de diversidade, na proteção constitucional ao direito à diversidade como direito individual e coletivo. O direito à diversidade não se confunde com o direito à diferença, que mencionamos anteriormente. No direito à diferença (individual ou coletivo) o estado e o sistema jurídico moderno continuam atuando no sentido de reconhecer, de incorporar aos seus padrões, ainda estabelecendo uma referência de melhor. O processo pode ser expresso na seguinte equação: o ordenamento reconhece o outro diferente (estranho, esquisito, fora dos padrões), enquadra na lei, protege sua manifestação como algo fora do padrão, e permite a existência e manifestação. Um reconhecimento de existência (como se para existir fosse preciso o olhar deste grande pai: o estado e seu direito) e uma permissão de “jouissance” (permissão de “curtição”, de proveito com prazer contínuo). As lutas de diversos grupos “minoritários” por direitos é uma luta por reconhecimento e permissão ou por conquista de direito? É uma luta pela incorporação no sistema ou pela construção de um outro sistema?

O direito à diversidade segue outra lógica. Em primeiro lugar não há permissões nem reconhecimentos. Não há inclusão por que não pode haver exclusão. A lógica pode ser resumida nas seguintes frases: “existo e me apresento na minha existência”. “Não dependo do seu olhar ou de seu registro para que eu exista” (do ponto de vista de comunidade). Reconhecimento significa conhecer de novo, significa enquadrar no já conhecido. Trata-se de uma forma de enquadrar o novo nos padrões existentes ou de simplesmente não conhecer o novo, ou ainda não possibilitar a existência do novo, como tal, de forma autônoma. Reconhecer significa ainda manter a lógica binária incluído/excluído. Se sua existência depende do reconhecimento, ao reconhecê-lo afirmo a possibilidade, também, de não reconhecê-lo.

Na lógica da diversidade não há mais reconhecimento pois não há mais um padrão do melhor: diferente de que? Não há mais este “que” ou “quem” que se estabelece como referência do bom. O outro não é mais o inferior, a ameaça, o medo; o outro se transforma na possibilidade do novo. O outro é aquele que tem o que eu não tenho, e eu tenho o que ele não tem. Assim os outros representam uma possibilidade imensa de crescimento e aprendizado para todos os outros e para mim.

Portanto, um espaço de diversidade é um espaço de existência livre comum. O espaço de diversidade é o espaço de diálogo permanente em busca de consensos sempre provisórios. O espaço de diversidade requer uma postura de abertura para com o outro, os outros. Ouço o outro não para derrotar seu argumento, não para vencê-lo, o que impossibilita o diálogo, ouço o outro para aprender com ele assim como o outro me ouve para aprender comigo. A resultante do diálogo obrigatório nos espaços de diversidade não será uma fusão de argumentos, nem uma soma de argumentos, muito menos a vitória de um argumento, mas sim um novo argumento, construído pela postura de abertura, onde todos devem abrir mão de alguma coisa para que todos possam ganhar alguma coisa, e tudo pode ser permanentemente discutido e rediscutido.

O direito à diversidade (individual e coletivo) parte do pressuposto da complementaridade. No lugar de hegemonias, linearidades históricas, superioridades culturais, missões civilizatórias ou proselitismos, a diversidade é convivência que tem por base a lógica de complementaridade: os que os outros têm eu não tenho, os que os outros não têm, eu tenho, somos assim complementares.

O reconhecimento da diversidade como direito coletivo ou individual é a chance de transformamos estes fragmentos em vitrais, a diversidade com um sentido comum, um projeto de sociedade onde não haja mais o conceito de exclusão e inclusão, onde haja espaço para todos e cada um, onde cada grupo e cada pessoa exista, independentemente de qualquer reconhecimento. Um projeto onde os fragmentos façam sentido juntos, na beleza da diversidade. Um belo vitral.

## Conclusões

Como o Brasil trata a herança cultural negra? Toda riqueza de uma África plural reduzida a um continente escondido por uma palavra reduzida a um significado em meio a muitos possíveis: África. O mesmo os invasores fizeram com as múltiplas culturas presentes nas terras chamadas pelo invasor de América: todos encobertos pelo nome “índio”. A estratégia é encobrir a diversidade e riqueza dos diversos povos que habitavam o continente “americano” e “africano”. Reparem como, para o senso comum hegemônico, as diversas comunidades e civilizações dos habitantes originários na “América” (o nome dado pelo invasor) foram todas reduzidas à violência simbólica representada pelo nome “índio”. Reparem como, toda uma gigantesca diversidade do continente africano é encoberto pelo nome “África”. São formas de dominação distintas, mas a redução e subalternização do outro diferente em relação ao padrão branco e masculino está presente em categorias do censo comum quando recorrentemente mencionamos “índio” e “africanos” como uma redução de complexidade e simplificação do que é enormemente rico e diverso.

Esta África plural, rica, pulsante, na América chegou pelas mãos violentas do invasor. Aqui os invasores ocultaram a diversidade assim como em África.

Toda uma cultura em ebulição, em um caldeirão de violências, foi forjada na luta e resistência dos povos indígenas e africanos. Nossa herança cultural, de uma elite branca “colonizada”, que reproduz a arrogância do invasor para encobrir seu sentimento de subalternidade recalcado, mistura conceitos, ideias, projeta-se no que acredita estar acima e odeia aquele com quem tem pavor de se identificar pois acredita (e foi ensinado a acreditar) que se encontra abaixo dele. Todo este pensamento tacanho e recalcado cria uma elite que se odeia, pois finge não ver sua condição de colonizado, mas, ao mesmo tempo, se ajoelha perante o europeu (norte-americano) e despeja todo o seu ódio arrogante gerado por sua humilhação sobre o que ele aprendeu, pelo invasor, a rejeitar. Rejeitar a si mesmo.

Assim podemos falar de um invasor em nós (na equação proposta seria o “nós” em nós). Na lógica binária moderna, que reduz o mundo a uma lógica binária subalterna do “nós *versus* eles”, o invasor em nós, é aquele que nos subtrai a realidade do colonizado, uma espécie de “eu ideal” que, ao mesmo tempo, nos lembra que não somos quem desejamos ser, e nunca seremos: o colonizador. Isto se aplica à elite econômica e intelectual (em boa parte). Daí uma elite que se odeia, mas que desconta tudo sobre aquele com quem se identifica, também: o “outro” em nós. Daí a vontade de destruir o “outro”, na esperança de extinguindo o “outro” do real (matando o outro, o pobre, o negro, índio, o selvagem, o diferente do padrão branco e masculino), possa não mais ser ver como um mero simulacro. A presença do invasor na elite colonizada revela ao mesmo tempo a presença do “outro” nesta elite, ou do “outro em nós” lembrando sempre o conceito do “nós *versus* eles” como princípio moderno.

Nos muitos que foram colocados no lugar do “eles” subalterno, esta herança africana e indígena se manifesta como possibilidade de liberdade, de libertação da lógica binária. Mas este “outro” está dentro de nós, e deste lugar grita para sair, para nos libertar, todos nós brasileiros, da mediocridade colonial (colonizada).

Nos descobriremos e reconstruiremos nossa histórica plural, descobrir os caminhos de resistência, assimilação, luta, derrotas e vitórias é fundamental para termos forças. Os povos vindos da África, para o Brasil aqui resistiram e lutaram, transformaram, transformaram-se, muitos foram assimilados e muitos estão se redescobrimdo. Saber a história, reconstruir, desocultar e desmitificar, saber quem é, quem somos, oferecerá uma força sem igual. Se sabemos quem somos, o dedo indicador nos apontando e adjetivando perde o poder, perde valor. Se sabemos que somos e o que queremos, não nos dobraremos às mentiras e promessas de paraíso do colonizador, disfarçado de evangelizador. Dialogar, interagir, discutir em condições de igualdade, sem subalternizações, sem violência e miséria. Construir consensos deve significar um ganho permanente para todos envolvidos no processo de diálogo intercultural. Rejeitar aqueles que se aproximam do outro para transformar este outro no que eles são, é fundamental. Só teremos força para isto se soubermos quem somos. Na visão do colonizador (evangelizador), ser bom para o colonizado é transformá-lo a imagem e semelhança do colonizador, ou em outras palavras, matar sua alma. Conversar em condições de respeito e igualdade,

sem querer transformar o outro no que se é, é condição de um diálogo intercultural capaz de gerar um conhecimento transcultural. Dialogar com o pressuposto de competição significa colonizar, destruir o outro, destruir a diversidade.

As bases da cultura dos povos que constituem a África antecedem e influenciam o que se chama de pensamento ocidental que reinventa a cultura “grega”. Os fundamentos de diversas religiões africanas, assim como das religiões que se constituíram no Brasil a partir da cultura e espiritualidade dos povos trazidas a força pelo colonizador europeu são muito semelhantes as religiões que se formaram no oriente médio. Para encontrar os traços comuns e aprender com a diversidade é necessário, entretanto ter coragem de abandonar a falsa segurança que as certezas trazem. Onde há certeza não há diálogo, e onde não há diálogo só resta a violência.

O negro é uma invenção moderna. O racismo é uma invenção moderna.  
É com esta modernidade que precisamos romper. Finalizamos com um poema de Vitória Santa Cruz.

**“Me gritaram negra”** (Victoria Santa Cruz)

Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!

Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!

“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada

E retrocedi  
Negra!  
E retrocedi  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia , retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo  
Não quero

E vou rir daqueles,  
que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum dissabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro  
Afinal  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já não retrocedo  
AFINAL  
E avanço segura  
AFINAL  
Avanço e espero  
AFINAL  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi  
AFINAL  
Já tenho a chave!  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO  
Negra sou!